

Artigo 2.º — Fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo judicial de desapropriação, para os fins do disposto no artigo 15 do Decreto-lei Federal n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei n.º 2.786, de 21 de maio de 1956.

Artigo 3.º — As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta de verba própria da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo — SABESP, Código 05.00.01.00.00.

Artigo 4.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 30 de dezembro de 1986.

FRANCO MONTORO

João Oswaldo Leiva,

Secretário de Obras e Saneamento

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 30 de dezembro de 1986.

DECRETO N.º 26.573, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1986

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação e instituição de servidão de passagem, imóvel situado no município e comarca de Oswaldo Cruz, necessário à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais e nos termos do artigo 34, inciso XXIII, da Constituição do Estado, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 2, de 30 de outubro de 1969, combinado com os artigos 2.º, 6.º e 40 do Decreto-lei Federal n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei n.º 2.786, de 21 de maio de 1956,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação e instituição de servidão de passagem, pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, por via amigável ou judicial, o imóvel abaixo caracterizado, constituído de um terreno, contendo duas glebas, medindo respectivamente 5.388,58m: (cinco mil, trezentos e oitenta e oito metros e cinquenta e oito décimos quadrados) e 69.802,85m² (sessenta e nove mil, oitocentos e dois metros e oitenta e cinco décimos quadrados) e respectivas benfeitorias, situado no município e comarca de Oswaldo Cruz, necessário à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, para a implantação do Sistema de Esgotos Sanitários — Tratamento e Unidades Anexas, ou a outro serviço público, imóvel esse que consta pertencer a Nilson Padares, com as medidas, limites e confrontações mencionadas na planta SABESP n.º 257/85-SAT e respectivo memorial descritivo, constantes do processo n.º 619, a saber:

I — Propriedade n.º 619/16: Partindo do cruzamento do eixo da Rua Visconde de Mauá, com a Avenida Presidente Roosevelt, segue com rumo 20º30'SW, por uma distância de 1.585,20m, onde atinge o ponto "A"; vértice inicial da descrição perimétrica da Gleba "01";

a) Gleba "01" — Faixa necessária à implantação de Faixa de Servidão de Acesso: Partindo do ponto "A", segue pela linha limite de servidão com rumo 68º30'NW, confrontando com o remanescente da propriedade por uma distância de 37600m, onde atinge o ponto "B"; daí, deflete à esquerda e segue com rumo 69º42' NW por uma distância de 191,85 metros, onde atinge o ponto "C"; daí deflete à esquerda e segue com rumo 69º49'NW, por uma distância de 276,72m, onde atinge o ponto "D"; daí, deflete à direita e segue com rumo 68º30'NW, por uma distância de 211,33m, onde atinge o ponto "E"; daí deflete à direita e segue rumo 57º16'NW, por uma distância de 60,80m, onde atinge o ponto "F"; daí, deflete à esquerda e segue com rumo 89º00'NW, por uma distância de 232,15m, onde atinge o ponto "G"; vértice de amarração da Gleba "02"; daí, deflete à direita e segue pela linha limite de servidão com rumo de 39º54'09"NE, confrontando com a Gleba "02", por uma distância de 5,18m, onde atinge o ponto "H"; daí, deflete à direita e segue com rumo 89º00'SE, por uma distância de 230,00m, onde atinge o ponto "J"; daí, deflete à direita e segue com rumo 57º16'SE, por uma distância de 60,73m, onde atinge o ponto "K"; daí, deflete à esquerda e segue com rumo 68º30'SE, por uma distância de 210,91m, onde atinge o ponto "L"; daí, deflete à esquerda e segue com rumo 69º49'SE, por uma distância de 276,72m, onde atinge o ponto "M"; daí, deflete à direita e segue pela linha limite de servidão com rumo 69º42'SE, confrontando com o remanescente da propriedade, por uma distância de 191,85m, onde atinge o ponto "N"; daí, deflete à direita e segue com rumo 68º30'SE, por uma distância de 376,00m, onde atinge o ponto "P"; daí, deflete à direita e segue com rumo 20º30'SW, por uma distância de 4,00m, onde atinge o ponto "A", início desta descrição perimétrica.

b) — Gleba "02" — Área necessária à implantação de Unidades do Sistema de Esgotos Sanitários — Tratamento e Unidades Anexas: Partindo do ponto "G", segue pela linha limite de área com rumo 39º54'09" SW, confrontando com o remanescente da propriedade, por uma distância de 70,43m, onde atinge o ponto "2"; daí, deflete à esquerda e segue com rumo 38º30'42" SE, por uma distância de 163,00 metros, onde atinge o ponto "3"; daí, deflete à direita e segue com rumo 55º50'49" SW, por uma distância de 25,74m, onde atinge o ponto "4"; daí, deflete à direita e segue rumo 90º00'00" W, por uma distância de 59,70m, onde atinge o ponto "5"; daí, deflete à direita e segue com rumo 65º43'01" NW, por uma distância de 132,53 metros, onde atinge o ponto "6"; daí, deflete à esquerda e segue pela linha limite de área com rumo 60º25'42" SW, confrontando com o remanescente da propriedade por uma distância de 131,30m, onde atinge o ponto "7"; daí, deflete à esquerda e segue com rumo 35º08'22" SW, por uma distância de 66,89m, onde atinge o ponto "8"; daí, deflete à direita e segue com rumo 77º33'00" NW, por uma distância de 78,85m, onde atinge o ponto "9"; daí, deflete à direita e segue pela linha limite de área com rumo 38º22'03" NW, confrontando com a margem esquerda do córrego existente, por uma distância de 15,31m,

onde atinge o ponto "10"; daí, deflete à direita e segue com rumo 12º13'19" NE, por uma distância de 28,34m, onde atinge o ponto "11"; daí, deflete à direita e segue com rumo 72º36'33" NE, por uma distância de 27,77m, onde atinge o ponto "12"; daí, deflete à esquerda e segue com rumo 15º15'18" NE, por uma distância de 17,10m, onde atinge o ponto "13"; daí, deflete à esquerda e segue com rumo 07º02'17" NW, por uma distância de 40,81m, onde atinge o ponto "14"; daí, deflete à direita e segue com rumo 37º52'30" NE, por uma distância de 11,40m, onde atinge o ponto "15"; daí, deflete à direita e segue com rumo 79º41'43" NE, por uma distância de 27,95m, onde atinge o ponto "16"; daí, deflete à esquerda e segue com rumo 63º26'06" NE, por uma distância de 17,89m, onde atinge o ponto "17"; daí, deflete à esquerda e segue com rumo 23º05'49" NE, por uma distância de 36,96m, onde atinge o ponto "18"; daí, deflete à direita e segue com rumo 60º31'27" NE, por uma distância de 26,42m, onde atinge o ponto "19"; daí, deflete à direita e segue com rumo 90º00' E, por uma distância de 22,50m, onde atinge o ponto "20"; daí, deflete à esquerda e segue com rumo 21º15'02" NE, por uma distância de 28,97 metros, onde atinge o ponto "21"; daí, deflete à esquerda e segue com rumo 06º20'25" NW, por uma distância de 45,28m, onde atinge o ponto "22"; daí, deflete à direita e segue com rumo 45º00' NE, por uma distância de 36,05m, onde atinge o ponto "23"; daí, deflete à direita e segue com rumo 64º30'09" NE, por uma distância de 21,60m, onde atinge o ponto "24"; daí, deflete à esquerda e segue com rumo 37º36'58" NE, por uma distância de 36,86m, onde atinge o ponto "25"; daí, deflete à direita e segue com rumo 80º23'41" NE, por uma distância de 65,92m, onde atinge o ponto "26"; daí, deflete à esquerda e segue com rumo 57º04'04" NE, por uma distância de 10,48m, onde atinge o ponto "27"; daí, deflete à direita e segue com rumo 28º43'25" SE, por uma distância de 20,18m, onde atinge o ponto "28"; daí, deflete à esquerda e segue com rumo 77º32'06" SE, por uma distância de 9,73m, onde atinge o ponto "29"; daí, deflete à esquerda e segue com rumo 78º58'49" NE, confrontando com a margem esquerda do córrego existente por uma distância de 19,36m, onde atinge o ponto "30"; daí deflete à direita e segue pela linha limite de área com rumo 44º01'22" SE, confrontando com o remanescente da propriedade, por uma distância de 87,06m, onde atinge o ponto "H"; daí, deflete à direita e segue com rumo 39º54'09" SW, confrontando com a Gleba "01", por uma distância de 5,18m, onde atinge o ponto "G", início desta descrição perimétrica.

Artigo 2.º — Fica a expropriante, autorizada a invocar o caráter de urgência no processo judicial de desapropriação, para os fins do disposto no artigo 15 do Decreto-lei Federal n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei n.º 2.786, de 21 de maio de 1956.

Artigo 3.º — As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta de verba própria da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo — SABESP, Código 05.00.01.00.00.

Artigo 4.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 30 de dezembro de 1986.

FRANCO MONTORO

João Oswaldo Leiva,

Secretário de Obras e Saneamento

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 30 de dezembro de 1986.

DECRETO N.º 26.574, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1986

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóveis situados no município e comarca de Teodoro Sampaio, necessários à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo-SABESP

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais e nos termos do artigo 34, inciso XXIII, da Constituição do Estado, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 2, de 30 de outubro de 1969, combinado com os artigos 2.º e 6.º do Decreto-lei Federal n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei n.º 2.786, de 21 de maio de 1956,

Decreta:

Artigo 1.º — Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo-SABESP, por via amigável ou judicial, os imóveis abaixo caracterizados, constituídos de dois terrenos medindo respectivamente 7.725,00 m2 (sete mil, setecentos e vinte e cinco metros quadrados) e 23.875,00 m2 (vinte e três mil, oitocentos e setenta e cinco metros quadrados) e respectivas benfeitorias, situados no município e comarca de Teodoro Sampaio, necessários à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo-SABESP, para o Sistema de Tratamento de Esgotos do município e comarca de Teodoro Sampaio, ou a outro serviço público, imóveis esses que constam pertencer a Jaime dos Santos e Geraldo Scapim, com as medidas, limites e confrontações mencionadas nas plantas SABESP n.ºs 3.172/86-PAS e 3.173/86-PAS e respectivos memoriais descritivos, constantes do processo n.º 723, a saber:

I — Propriedade n.º 723/16 — Desapropriação: Partindo de um marco cravado na margem direita do Rio Paranapanema, que está na divisa do Sr. Jaime dos Santos com o Sr. Geraldo Scapim, segue com rumo de 51º30' NW acompanhando a divisa do mesmo com 107,00m, até encontrar o marco "01", início desta descrição perimétrica. Do marco "01" segue com rumo de 84º00' SW, confrontando com a área remanescente do Sr. Jaime dos Santos, com a distância de 125,00m, até encontrar o marco "02". Do marco "02" deflete à direita e segue com rumo de 06º00' NW, confrontando ainda com a área remanescente do Sr. Jaime dos Santos com a distância de 123,60m, até encontrar o marco "03". Do marco "03" deflete à direita e segue com rumo de 51º30' SE e segue dividindo com a gleba do Sr. Geraldo Scapim com a distância de 176,00 metros, até encontrar o marco "01", início desta descrição perimétrica;

II — Propriedade n.º 723/17 — Desapropriação: Partindo de um marco cravado na margem direita do Rio Paranapanema que está na divisa do Sr. Geraldo Scapim com o Sr. Jaime dos Santos, segue com rumo de 51º30' NW acompanhando a divisa do mesmo com a distância de 107,00m, até encontrar o marco "01", início desta descrição perimétrica. Do marco "01" segue com rumo de 51º30' NW, dividindo com a gleba do Sr. Jaime dos Santos com a distância de 176,00m, até encontrar o marco "02". Do marco "02", deflete à direita e segue com rumo de 06º00' NW, dividindo com a gleba remanescente do Sr. Geraldo Scapim com a distância de 76,40m, até encontrar o marco "03". Do marco "03", deflete à direita e segue com rumo de 84º00' NE, dividindo com a área da lagoa de tratamento de esgotos da SABESP, com a distância de 158,00m, até encontrar o marco "04". Do marco "04", deflete à direita e segue com 06º00' SE, confrontando com a área remanescente do Sr. Geraldo Scapim, com a distância de 200,00m, até encontrar o marco "05". Do marco "05", deflete à direita e segue com rumo de 84º00' SW, dividindo com a área remanescente do Sr. Geraldo Scapim, com a distância de 33,00m, até encontrar o marco "01", início desta descrição perimétrica.

Artigo 2.º — Fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo judicial de desapropriação, para os fins do disposto no artigo 15 do Decreto-lei Federal n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei n.º 2.786, de 21 de maio de 1956.

Artigo 3.º — As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta de verba própria da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, Código 05.00.01.00.00.

Artigo 4.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 30 de dezembro de 1986.

FRANCO MONTORO

João Oswaldo Leiva,

Secretário de Obras e Saneamento

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 30 de dezembro de 1986.

DECRETO N.º 26.575, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1986

Altera dispositivo do Decreto n.º 16.581, de 30 de janeiro de 1981, que cria unidades escolares

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e à vista da manifestação da Secretaria da Educação,

Decreta:

Artigo 1.º — O item i, da alínea "c" do inciso VIII do artigo 1.º do Decreto n.º 16.581, de 30 de janeiro de 1981, passa a ter a seguinte redação:

"i — EEPG de São João das Duas Pontes, com a denominação de EEPG Manoel Joaquim Santana".

Artigo 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 5 de janeiro de 1981.

Palácio dos Bandeirantes, 30 de dezembro de 1986.

FRANCO MONTORO

José Aristodemio Pinotti, Secretário da Educação

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 30 de dezembro de 1986.

DECRETO N.º 26.576, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1986

Dá a denominação de União das Vilas de Taipas à UBS do bairro de Parada de Taipas

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e à vista da manifestação da Secretaria da Saúde,

Decreta:

Artigo 1.º — Passa a denominar-se União das Vilas de Taipas a UBS do bairro de Parada de Taipas.

Artigo 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 30 de dezembro de 1986.

FRANCO MONTORO

João Yunes, Secretário da Saúde

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 30 de dezembro de 1986.

DECRETO N.º 26.577, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1986

Dispõe sobre a Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, da Delegacia Seccional de Polícia do ABCD

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei n.º 5.467, de 24 de dezembro de 1986, e diante da exposição de motivos do Secretário da Segurança Pública,

Decreta:

Artigo 1.º — A Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, da Delegacia Seccional de Polícia do ABCD, criada nos termos dos artigos 1.º e 2.º da Lei n.º 5.467, de 24 de dezembro de 1986, é de 3.ª classe.

Artigo 2.º — À Delegacia de Polícia de que trata o artigo anterior cabe a investigação e apuração dos delitos contra a pessoa do sexo feminino, previstos na Parte Especial, Título I, Capítulos II e VI, Seção I, e Título VI do Código Penal Brasileiro, de autoria conhecida, incerta ou não sabida, ocorridos na área de jurisdição da Delegacia Seccional de Polícia do ABCD, concorrentemente com os Distritos Policiais.

Artigo 3.º — De acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras, o Delegado Geral de Polícia promoverá a adoção gradativa das medidas necessárias à implantação da Delegacia de Polícia de que trata o artigo 1.º.